



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 (do Senhor Nelson Marchezan Júnior)

Solicita a convocação do Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Joaquim Levy, para prestar informações sobre a atual conjuntura político-econômica nacional.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50 da Constituição Federal e do artigo 219, inciso I¹, e §1º², do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Casa, seja convocado o Senhor Joaquim Levy, Ministro de Estado da Fazenda, para prestar informações acerca da atual conjuntura político-econômica nacional.

JUSTIFICATIVA

Desde janeiro deste ano, o governo da Presidente reeleita Dilma Rousseff adotou um severo ajuste fiscal baseado, principalmente, na revisão de regras de benefícios trabalhistas e previdenciários, no fim de repasses do Tesouro a bancos públicos, na redução de crédito subsidiado, na revisão de desonerações e no aumento de impostos.

Segundo transmitido pelo próprio Governo em pronunciamento oficial no dia 08 de março, as medidas visam a reordenar as contas públicas e a fazer o setor público voltar a registrar superávit primário. O ajuste fiscal, que, segundo

¹ Art. 219. O Ministro de Estado comparecerá perante a Câmara ou suas Comissões: I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado; (...)

² § 1º A convocação do Ministro de Estado será resolvida pela Câmara ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou membro da Comissão, conforme o caso.

a mídia noticia, enfrenta resistências dentro do governo e na base aliada do Executivo, vai impor um cenário bastante restritivo em curto prazo, reforçando o contexto atual de esfriamento da economia, que continua mostrando dados desanimadores.

Em janeiro, a atividade econômica brasileira registrou, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central no dia 16 de março de 2015, retração de 0,11% ante o mês anterior. A inflação, por sua vez, não se mantinha em um nível tão elevado por um período prolongado havia mais de uma década e deverá encerrar o ano próximo de 8%, o maior índice desde 2003, bem longe da meta pretendida, de 4,5%.

Ocorre que, em seu pronunciamento, Dilma atribuiu as dificuldades exclusivamente aos efeitos da crise financeira internacional e à falta de chuvas. Entretanto, o Brasil é um dos únicos países do mundo em que os juros estão em alta. De fato, a economia mundial passou por contingências nos anos de 2008 e 2009, mas, há algum tempo, a maioria dos países segue em franca recuperação. É o divulgado pela Revista Veja em sua última edição, por meio de uma breve comparação que revela que, entre as principais economias do planeta, apenas a Rússia possui indicadores tão negativos de inflação e juros quanto o Brasil, em razão da guerra na Ucrânia e da queda no preço do petróleo. A crise hídrica, por seu turno, apesar de ser, de fato, preocupante, não explica em praticamente nada a situação da atual economia brasileira, tanto que nem mesmo o Banco Central (BC) endossa a análise de Dilma, já que, na ata da última reunião de seu Conselho de Política Monetária, não faz nenhuma referência à seca.

Nesse sentido, ao trazer a opinião de alguns economistas, a Revista Veja afirma que a recessão já se instalou e pode ser a maior dos últimos 25 anos, representando um encolhimento de 2% no PIB. Para fins de comparação, tamanha retração só foi vista no País durante a era *Collor* e, ao se repetir agora, afeta ainda mais a baixa popularidade do Governo.

No que diz respeito ao trabalhador, no dia da publicação da Medida Provisória nº 669/2015, que aumenta a tributação de milhares de empresas de 56 setores da economia que haviam sido beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgou o fechamento de 81,7 mil vagas formais de trabalho no mês de janeiro, pior resultado para o mês desde 2009, ano da crise internacional. Na véspera, o IBGE já havia divulgado o crescimento no índice de desemprego – de 4,3% em dezembro para 5,3% no mês posterior.

Além disso, conforme noticiado na edição nº 875 da Revista Época, as declarações do Senhor Ministro, quem se pretende ver convocado por meio do presente requerimento, ratificam as informações de que a conjuntura político-econômica nacional encontra-se longe do cenário recomendável. O próprio Joaquim Levy, em suas palestras, mostra que, na gestão Dilma Rousseff, a taxa de investimento caiu de 19,5% para 17,3% do PIB, enquanto a dívida bruta do governo subiu de 53,4% para 64,4% do mesmo índice, além de declarar que “as desonerações tributárias e renúncias fiscais contribuíram para o desequilíbrio fiscal” e de informar que o governo deixou de arrecadar cerca de R\$229 bilhões desde 2012.

O episódio, que criou um forte desgaste no momento em que era preciso demonstrar unidade do governo em relação à economia, explicita uma divergência dentro do governo, circunstância negativa tendo em vista que o momento deveria ser de convergência para o desenvolvimento da política econômica brasileira, com vistas à recuperação da credibilidade do Brasil no mercado internacional, da empregabilidade, dos direitos trabalhistas e da renda do trabalhador brasileiro.

Em síntese, resta evidente que o Brasil vive o resultado de um desequilíbrio econômico, causado pela desorganização política e pela adoção de medidas contrárias às promessas eleitorais da Presidente, contexto de má gestão e falta de planejamento cujas consequências o cidadãos será obrigado a suportar ao perder direitos trabalhistas e ter benefícios sociais cortados.

Ante o exposto, considerando a prerrogativa constitucional insculpida no artigo 50 da Magna Carta, requer seja o Ministro de Estado da Fazenda, o Senhor Joaquim Levy, convocado para prestar informações acerca da atual conjuntura político-econômica nacional, bem como o esclarecimento das prioridades de sua Pasta para o ano de 2015, considerando especialmente a nova realidade macroeconômica brasileira.

Sala das Sessões, em de de 2015.

NELSON MARCHEZAN JÚNIOR
Deputado Federal